

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.111 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2000

## Plano Plurianual deve ser votado na quarta-feira

Por acordo de lideranças, fica acertado que o Congresso deve deliberar sobre o assunto um dia depois de o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, ser ouvido pelos parlamentares a respeito do tema

TV Senado exhibe amanhã debate sobre combate à corrupção

PÁGINA 7

Votação de empréstimos marcou a semana

PÁGINA 6



O projeto do Plano Plurianual (PPA), que reúne os investimentos previstos no país para o período 2000/2003, deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional na quarta-feira. A decisão foi tomada por acordo entre os líderes partidários, para que os parlamentares tenham a chance de ouvir antes explicações do ministro do Planejamento, Martus Tavares.

PÁGINA 3

Na sessão de ontem do Congresso, foi discutido o substitutivo do deputado Renato Vianna à proposta enviada pelo governo federal



### MOSTRA DOS 500 ANOS TRAZ A BRASÍLIA ACERVO COM PEÇAS HISTÓRICAS DO PAÍS

PÁGINAS 4 E 5



Estudantes têm sido maioria no público médio de 300 pessoas que visitam diariamente a mostra *Brasil – Memória e Futuro*, no Salão Negro do Congresso Nacional, que reúne peças como o retrato de dom Pedro I pintado em 1830

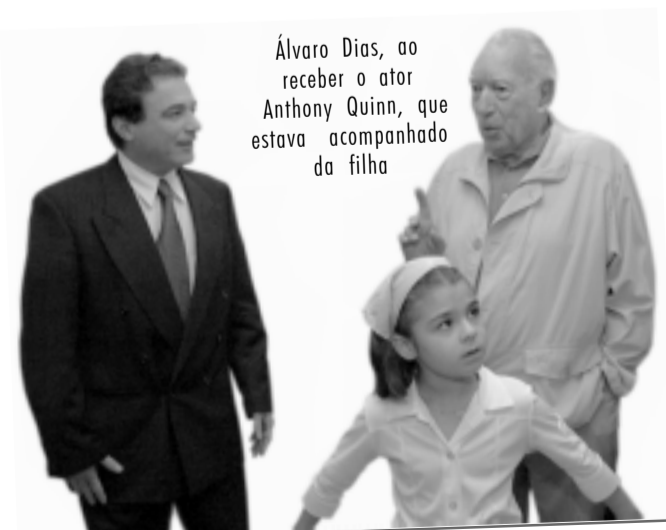
### Distribuição, a pedra no caminho do cinema nacional

A falta de recursos para a divulgação dos filmes, ao reduzir suas possibilidades de êxito no circuito comercial, é um dos grandes problemas das produções cinematográficas nacionais, conforme demonstrou debate promovido ontem pela Subcomissão do Cinema Brasileiro.

PÁGINA 2

### ANTHONY QUINN VISITA O SENADO

PÁGINA 2



Álvaro Dias, ao receber o ator Anthony Quinn, que estava acompanhado da filha

# Exibição do filme brasileiro depende de melhor divulgação

Indústria nacional não tem recursos para lançar suas produções, dizem distribuidores em audiência pública na Subcomissão do Cinema

“Com menos de R\$ 1 milhão não dá para lançar um filme brasileiro”, disse o gerente-geral da Columbia Pictures, Rodrigo Saturnino Braga, ao participar ontem, juntamente com o diretor-executivo da Lumière, Bruno Wayner, e o diretor e produtor Cacá Diegues, da sétima audiência pública da Subcomissão do Cinema Brasileiro. “Isso é uma informação nova para o Congresso”, comentou o presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Fogaça ressaltou a importância do depoimento dos representantes dos distribuidores, um dos poucos setores que ainda não tinham sido ouvidos pela subcomissão. Para ele, ficou mais clara a influência da televisão no processo de produção, distribuição e exibição do audiovisual brasileiro e do quanto ela “poderia ajudar e tem prejudicado, ao não se considerar partícipe desse processo”.

De acordo com Rodrigo Braga, até agora a distribuição tem sido

subestimada no Brasil. No entanto, ele garante que, sem recursos suficientes para dar visibilidade ao filme nacional, com divulgação, dificilmente haverá condições para reverter a supremacia do cinema norte-americano. “Hoje, esse cinema ocupa 95% das telas



Braga, Diegues, Fogaça, Wayner e Francelino, durante o debate realizado ontem pela subcomissão

mundiais”, disse.

Ele aplaudiu a chegada das multiplex (conjunto de salas) como fator de ampliação do mercado exibidor, embora tais salas geralmente fiquem em *shoppings*, e estes não se instalam em cidades com menos de 250 mil habitantes.

Já Bruno Wayner associou par-

te das dificuldades do cinema a uma mudança de perfil do consumidor brasileiro. Segundo ele, com a chegada das multiplex e o aumento do preço dos ingressos, houve uma redução de 150 milhões para 60 milhões de espectadores, de 1995 para cá. “O cinema passou a ser lazer da classe média”, disse.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) defendeu uma mudança na legislação, proposta pelo próprio Congresso, para incluir a distribuição na Lei do Audiovisual. Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse não entender por que a televisão brasileira faz tanto sucesso enquanto o cinema vive em dificuldade.

O relator Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que os trabalhos realizados pela subcomissão estão estabelecendo um canal de comunicação entre os realizadores de audiovisual e o Congresso. “Antes, o povo do cinema só tinha o Ministério da Cultura para debater seus problemas e encontrar soluções”, ponderou.



Anthony Quinn agradeceu o apoio do senador à produção do filme *Oriundi*

## Álvaro Dias recebe o ator Anthony Quinn

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) recebeu ontem, em seu gabinete, o ator Anthony Quinn. Além de conversarem sobre o filme *Oriundi*, rodado no Paraná e exibido em pré-estréia em Brasília, trocaram idéias sobre reforma agrária e o cinema nacional. Durante a filmagem, Álvaro Dias era presidente da Telepar, empresa de telefonia do Paraná, e apoiou a produção, daí por que o ator fez questão de visitá-lo.

O ator mexicano já protagonizou mais de 200 filmes e foi celebrado por sua interpretação em *Zorba, o grego*. Ele relatou ao senador passagens da vida de seus pais durante a revolução mexicana, que teve na reforma agrária um de seus principais objetivos. Quinn anunciou que seu próximo filme tratará da questão da terra e terá como personagem principal um homem que amava uma árvore.

Álvaro Dias lembrou que, a exem-

plo do ator, seus pais também são camponeses e que ele próprio viveu na zona rural. Ele disse ao ator que, ao contrário do que ocorreu no México, que fez uma revolução para democratizar o acesso à terra, ele acredita que a solução do problema no Brasil virá em clima de paz e de respeito às leis. “O movimento não pode estar mesclado de agitadores, que promovem desvios do movimento e lhe dão conotação política”, disse o senador.

No que se refere ao cinema nacional, Anthony Quinn disse que o Brasil apresenta excelentes condições de expansão da indústria cinematográfica, desde que perca a visão local e adote uma postura mais universal.

Protagonizado por Anthony Quinn, *Oriundi* foi dirigido por Ricardo Bravo, com roteiro de Marcos Bernstein e música de Arrigo Barnabé.

## Presidente da OAB analisa proposta de reforma do Judiciário

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo Oscar de Castro, é entrevistado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita em programa que a TV Senado transmite amanhã e domingo, a partir das 11 e das 23 horas.

Na entrevista, Reginaldo de Castro analisa a proposta de emenda constitucional da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que seria a primeira parte da reforma do Judiciário. A seu ver, a proposta tem como principal ino-

vação a criação do Conselho Nacional de Segurança.

Ele afirma, entretanto, que a emenda não chega a tocar em problemas crônicos do Poder Judiciário, como o pequeno número de magistrados e a dificuldade de acesso à Justiça.

Reginaldo de Castro defende a convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, que poderia ser integrada até mesmo por pessoas sem vinculação com partidos. Como justificativa para a nova Constituinte, ele elenca

três razões principais. A primeira seria a oportunidade do momento político; a segunda, o grande número de emendas constitucionais em tramitação no Congresso; e, a terceira, o fato de a Constituinte de 1988 ter contado com a participação de senadores não eleitos, os chamados “biônicos”.

O presidente da OAB pede ainda o fim das medidas provisórias, que, para ele, dão ao presidente da República poderes excessivos, e fala ainda de outros

temas polêmicos, como a impunidade, a reforma do sistema carcerário, o parlamentarismo, a formação dos advogados e os juizados especiais.

Analisa também a violência de certas manifestações de protesto, e explica a proposta, defendida pelo Supremo Tribunal Federal, de instituição da chamada “súmula vinculante”, que tornaria obrigatória a adoção por todos os juízos do país do entendimento firmado pelo STF em torno de determinados assuntos.

Brasil 500



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Amorim: zoneamento prevê proteção às florestas localizadas no estado de Rondônia

## Amorim: MP põe em risco zoneamento de Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou que o governador de Rondônia, José Bianco, promulgará a lei que determina o zoneamento socioeconômico e ecológico do estado, realizado em parceria com o governo federal nos últimos dez anos. De acordo com a lei, 50,45% da área total do estado serão destinados à agropecuária e à exploração florestal, ficando 31,95% da região reservados a unidades de conservação ambiental.

Segundo o senador, foram aplicados no zoneamento US\$ 19 milhões, no âmbito do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo), concebido para disciplinar a ocupação econômica no estado. Os recursos foram financiados pelo Banco Mundial, a partir de empréstimo global de R\$ 170 milhões aprovado pela Resolução nº 42, de 1992, do Senado.

Ernandes Amorim alertou, no entanto, para o fato de que a Medida Provisória nº 1.956-50, de 26 de maio, "torna todo esse esforço letra morta". De acordo com o senador, a medida foi elaborada sem levar em consideração preceitos técnicos e científicos que compõem o zoneamento ambiental.

— Apresentei duas emendas à medida provisória, para admissão do zoneamento com limite mínimo de 20% de cobertura florestal em cada propriedade, e 60% na área determinada ao zoneamento — disse.

Ernandes Amorim acredita que as emendas apresentadas vão manter o caráter original do zoneamento de Rondônia e assegurar a cobertura florestal necessária à proteção do meio ambiente e à conservação da biodiversidade.

# PPA deve ser votado na quarta-feira

Anúncio foi feito ontem pelo líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio. O projeto prevê investimentos superiores a R\$ 1 trilhão no período de 2000 a 2003

O líder do governo no Congresso Nacional, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), anunciou a votação na próxima quarta-feira, dia 14, do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003. A deliberação estava prevista para ontem, mas foi adiada por acordo de lideranças a fim de que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, seja ouvido terça-feira, dia 13, pelos parlamentares sobre a matéria.

Arthur Virgílio destacou que o PPA prevê investimentos superiores a R\$ 1 trilhão em todo o país em quatro anos, o que poderá gerar 8 milhões de empregos. O líder

também elogiou o trabalho do relator do projeto, deputado Renato Vianna (PMDB-SC). Em seu discurso, Arthur Virgílio falou ainda sobre a proposta de emenda constitucional apresentada terça-feira pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que torna o Orçamento Geral da União impositivo e determinativo, em vez de apenas autorizativo. O líder do governo afirmou que o Executivo considera a idéia "redonda" e um "belo ponto de partida" para discussão do tema.



Sessão do Congresso, ontem, em que ocorreu acordo de lideranças para que o ministro do Planejamento, Martus Tavares, seja ouvido antes da votação do PPA

## Substitutivo do relator foi debatido na sessão de ontem

O relator do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA), deputado Renato Vianna, atendeu a oito dos nove pedidos de destaque apresentados por parlamentares com vistas à votação do PPA, que estava prevista para ontem. A votação foi transferida para a próxima semana, provavelmente quarta-feira, de acordo com o presidente da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Durante a sessão, os congressistas apenas debateram o substitutivo de Vianna à proposta do governo. Segundo o relator, o atendimento dos pedidos de aumento de verbas vai permitir que o PPA seja aprovado sem maiores problemas.

A sessão do Congresso começou às 10h, mas só a partir das 11h os parlamentares passaram a debater o PPA, ainda sem o número regimental previsto para a votação. Àquela altura, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, levantou a hipótese de que a votação pudesse ser adiada devido à falta de *quorum* para deliberação. Logo em seguida, foi fechado acordo para que a deliberação ocorresse em outra data.

Segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), a oposição, que ameaçou pedir verificação de *quorum*, forçou o governo a abrir negocia-

ções com os servidores públicos federais em greve e rediscutir o PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A votação ficou para depois de debate com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

— Na semana que vem vamos disputar no voto — prometeu o deputado do PT.

Para Renato Vianna, a acusação de Genoíno não tem fundamento. O relator argumentou que a função do PPA é oferecer um leque de alternativas destinadas a orientar a elaboração da LDO e do Orçamento anual. Renato Vianna não acredita em confronto na votação do PPA, já que deu parecer favorável a oito destaques, destinando R\$ 63,2 milhões a projetos. Os pedidos dos parlamentares somavam R\$ 105,6 milhões. Entre os destaques aceitos integralmente pelo relator está o de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que aumentou de R\$ 2,6 milhões para R\$ 13 milhões as verbas do projeto Calha Norte.

O projeto de lei do PPA prevê recursos globais no valor de R\$ 1,135 trilhão a serem aplicados de 2000 a 2003. Ao acatar e propor emendas, o substitutivo de Vianna acrescentou R\$ 23,6 bilhões à proposta do governo.

## Deputados da oposição criticam o Plano Plurianual

O líder do PT na Câmara, deputado Aloizio Mercadante (SP), afirmou ontem que o projeto do Plano Plurianual (PPA) em discussão no Congresso é uma "mera peça de marketing", distante da realidade econômica e social do país. Para ele, o padrão de investimentos públicos e privados previsto no projeto não é consistente em relação às possibilidades da economia brasileira se forem consideradas as diretrizes políticas traçadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Mercadante, é inaceitável que um plano para os próximos quatro anos não tenha como prioridade o combate às desigualdades regionais e à exclusão social que condenam 44 milhões de brasileiros a sobreviverem com menos de R\$ 2 por dia. "A economia informal engloba metade da população economicamente ativa do país. Seria fundamental, portanto, elaborar amplos programas de geração intensiva de empregos, apoio à agricultura familiar e crédito barato destinado às microempresas para reverter essa situação", argumentou.

O deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou que o PPA é limitado pelo modelo econômico adotado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em sua opinião, a falta de poupança interna e a sangria provocada pelo pagamento de juros da dívida pública impedem os investimentos necessários para o desenvolvimento do país. Segundo

ainda o deputado, essa atitude de submissão aos interesses financeiros compromete a execução das estratégias do PPA. Pelos seus cálculos, retirados gastos com custeio da área social e pagamento da dívida, restam apenas cerca de R\$ 70 milhões para investimentos em infra-estrutura, "o que é muito pouco para um país carente e de grandes potencialidades". Sem maiores investimentos, continuou Genoíno, não há maneira de se atingir o que chamou de "ponto nevrálgico", que é a busca de equilíbrio entre as regiões mais pobres e as mais ricas do país.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) classificou de "fantasioso" o Plano Plurianual. Ele garantiu que, apesar do valor de R\$ 1,135 trilhão previstos no projeto, o país continuará a amargar a ausência de investimentos em setores considerados básicos, como agricultura, segurança e moradia. Giovanni Queiroz disse que o governo precisa canalizar mais recursos para os setores social e produtivo, e não mais privilegiar o setor financeiro, que, segundo disse, está sangrando a nação brasileira.

— Estou frustrado, como cidadão brasileiro e como político, de ver a inoperância do governo federal — afirmou Giovanni Queiroz, ao enumerar algumas falhas do Executivo, como a ausência de políticas rodoviária e agrícola, além de um programa sério para combater a violência.



Deputado Renato Vianna: aumento de verbas permitirá aprovação "sem problemas"

## MOSTRA DOS 500 ANOS



A mostra tem recebido em média 300 pessoas por dia e 130 escolas já estão inscritas para conhecê-la neste mês

# Cresce interesse pela exposição *Brasil – Memória e Futuro*

Uma média de 300 pessoas tem visitado, diariamente, a mostra *Brasil – Memória e Futuro* desde sua inauguração, no dia 30 de maio, no Salão Negro do Congresso Nacional. A visitação aumentou durante esta semana, conforme os organizadores, e a Subsecretaria de Relações Públicas informou que 130 escolas da rede oficial do Distrito Federal já se inscreveram para conhecer a exposição em junho, o que deverá totalizar mais de 5.500 pessoas até o final do mês, aí incluídos os demais interessados.

Inaugurada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo ministro da Cultura, Francisco Weffort, a mostra integra um conjunto de iniciativas do Senado voltadas para as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, como ciclos de palestras, concursos de monografias e publicações especiais.

– A idéia central desta exposi-

ção é oferecer aos brasileiros, e aos estudantes em particular, uma mostra de caráter panorâmico, de modo a conduzir o visitante por um passeio pela História brasileira, fixando-a em momentos de superlativa relevância – afirmou o presidente do Senado.

Para viabilizar a exposição, o Senado se associou ao Ministério da

Cultura, ao qual estão subordinados o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial de Petrópolis, do Rio de Janeiro, de onde vieram as 138 peças que integram a mostra. Os objetos em exposição nunca haviam saído daqueles museus.



O visitante entra na exposição por uma rampa e tem acesso a uma grande tenda, espécie de caverna ou oca interativa, montada em pleno Salão Negro

## Uma aventura por grandes momentos históricos do país

*Brasil – Memória e Futuro* reúne acervo selecionado por equipe de museólogos e historiadores, coordenada pelo arquiteto Carlos Antonelli Lacerda, do Museu Nacional. Para facilitar a aventura que pretende proporcionar ao visitante, ela foi dividida de acordo com quatro grandes momentos da nossa história, segundo critérios pedagógicos.

Uma grande tenda, espécie de caverna ou oca interativa, está montada em pleno Salão Negro do Congresso Nacional. Com uma área fechada de 255 metros quadrados, essa caverna interativa exhibe em sua parte externa um painel do artista plástico Clécio Penedo, *Colonização e Dependência*, criado a partir de uma leitura contemporânea dos fatos e personagens históricos objetos da mostra.

Por uma rampa, o visitante entra na exposição. Textos e imagens fazem a introdução dos quatro núcleos temáticos.

Acompanhadas por um guia, turmas de cem alunos de cada vez levam, em média, cerca de meia hora para fazer o percurso. Mas há quem demore até uma hora, como o estudante da 6ª série da Escola Classe 113 Norte, Lucas Lima Barbosa (15 anos): – Eu vim ver a exposição porque a professora mandou a gente fazer uma pesquisa sobre ela. Achei ótima. Novidades mesmo foram aquelas pulseiras de ouro e prata que algumas escravas usavam, por serem as preferidas de seus donos. Também chama atenção o manto do imperador – observou o estudante.

<b>SERVIÇO</b>	Exposição <i>Brasil – Memória e Futuro</i>
<b>SERVIÇO</b>	Salão Negro do Senado
<b>SERVIÇO</b>	De 30 de maio a 31 de julho
<b>SERVIÇO</b>	Entrada gratuita
<b>SERVIÇO</b>	De segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
<b>SERVIÇO</b>	Sábados, domingos e feriados das 10h às 15h

## MOSTRA DOS 500 ANOS

## Em 138 peças, o passado, o presente e o futuro

Distribuídas cronologicamente, as 138 peças que integram a exposição mostram os primórdios do país, a terra e seus primeiros habitantes; o período do Descobrimento à Independência, passando pela colonização, a expansão territorial, a mineração e os movimentos libertários; o período da independência até os dias de hoje, envolvendo o primeiro e segundo impérios, a formação do Senado Imperial, a Lei Áurea, a implantação da República e o desenvolvimento do país.

O último módulo é um espaço multimídia no qual é mostrado o Brasil de hoje e de amanhã, suas potencialidades e projetos para o futuro. Nele são projetadas imagens do Brasil atual, em tamanho natural, e onde o visitante pode, utilizando equipamento interativo, dar sua contribuição, registrando suas aspirações para o futuro do país.

Camila Guimarães, estudante da Escola Classe 113 Norte, disse que vibrou com o módulo interativo: "Pedi para acabar com a fome", disse ela.

## Espaço climatizado guarda objetos de grande valor

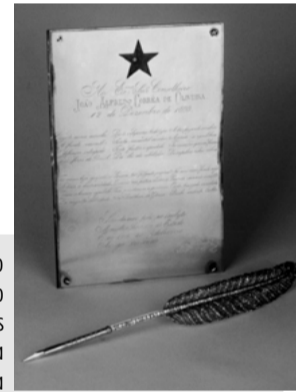
Dificuldades tiveram de ser superadas para que fossem trazidas peças consideradas raríssimas, como o sabre que dom Pedro I usava quando proclamou a Independência; a caneta de ouro e prata, brilhantes e esmeraldas com a qual a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, uma medalha servindo de estojo para uma cópia miniatura da primeira Constituição em 1824; o traje majestático de dom Pedro II, o trono usado pelo imperador no Senado do Império.

Todas as peças vieram dos museus Nacional e Imperial de Petrópolis em avião da Força Aérea Brasileira. O espaço da exposição é climatizado e contém sofisticado equipamento de controle e manutenção de temperatura e umidade, necessário para evitar a degeneração das obras históricas e/ou arqueológicas.

O trono do Império, uma das peças expostas, era o símbolo da autoridade do monarca, que se utilizava dele para abrir e encerrar a sessão legislativa



O sabre que pertenceu a dom Pedro I, possivelmente usado por ocasião do Grito do Ipiranga



Objetos ofertados ao presidente do Conselho de Ministros na promulgação da Lei Áurea



A coroa imperial de Dom Pedro I, em ouro cinzelado, teve seus brilhantes extraídos para a coroa de seu sucessor. Já o traje imperial de Dom Pedro II, usado durante a sua coroação, em 18 de julho de 1841, tem fios de ouro, cetim e camurça



## Segurança do local é reforçada com câmaras e sensores

Além de um número expressivo de seguranças, seis câmaras controlam o espaço 24 horas por dia. Também fazem parte do esquema de segurança sensores de vibração nas vitrines, que são construídas com vidros laminados e blindados de oito milímetros, um sistema de detecção de incêndio, duas saídas de emergência e extintores de pó químico.

Para melhor orientar os visitantes e tornar a mostra mais atrativa, o Senado elaborou livro contendo ilustrações e textos sobre a exposição.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, informou que o Senado já ocupa o terceiro lugar entre os pontos mais visitados no Distrito Federal, ficando atrás, apenas, do Templo da Boa Vontade e da Catedral de Brasília. "Com o sucesso dessa mostra, é provável que ele alcance a liderança", prevê. Ele lembra que no mês de julho cresce o número de visitantes, pois um número expressivo de turistas brasileiros e de outros países incluem Brasília em seus roteiros.

## Marcos da História estão expostos, afirma Weffort

As peças dos museus estão expostas em dez vitrines. O primeiro momento da mostra é composto por um espaço circundado por telas com pinturas rupestres, mapas e vitrine onde estão expostos instrumentos, artefatos e armas indígenas. Chama atenção o óleo sobre tela retratando dom João VI, pintado por Jean Baptiste Debret. Integrante da Missão Artística Francesa de 1816, Debret foi um dos artistas que se dedicaram à pintura histórica.

No seu conjunto, diz o ministro da Cultura, Francisco Weffort, "são peças que permitem o conhecimento do nosso passado, por terem feito parte de momentos ou de acontecimentos cruciais de nossa história". Para Weffort, elas vão além da apresentação dos fatos históricos, ao abarcarem aspectos culturais, sociais e religiosos significativos da sociedade brasileira.

# Proposta de lista fechada nas eleições vai à Câmara

Substitutivo do senador José Fogaça aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania prevê a escolha de metade dos deputados e vereadores pelo novo sistema

## Aprovada por três comissões a criação da agência de águas

Três comissões técnicas do Senado aprovaram, nesta semana, a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente que será responsável pela execução da política nacional de recursos hídricos. Resultado de estudos destinados a criar um moderno sistema de gerenciamento desses recursos, a criação da agência foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou também nesta semana projeto que limita a publicidade de produtos derivados do tabaco e do álcool a ambientes fechados. O texto proíbe a publicidade desses produtos em equipamentos de *camping* e em brindes promocionais, assim como por meio de rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, impressos, *outdoors*, cartazes e *displays*, exceto em ambientes fechados. Também obriga as embalagens desses produtos a trazerem advertências sobre os malefícios que eles causam à saúde.

A CCJ aprovou ainda projeto estabelecendo que os servidores das agências reguladoras de setores econômicos serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. O texto determina que o regime de emprego será público, vedada aos ocupantes dos cargos outra atividade em empresa ou direção político-partidária. O ingresso nas carreiras será por concurso público.

A CCJ e a Comissão de Assuntos Sociais aprovaram o projeto do governo que institui a possibilidade de os estados e o Distrito Federal criarem seus próprios salários mínimos. Enquanto a oposição sustentou que o projeto estimulará a migração de trabalhadores para estados onde o salário mínimo tenha maior valor, o

senador José Fogaça (PMDB-RS) argumentou que a proposta poderá ampliar a arrecadação da Previdência Social nos estados que tiverem piso salarial superior ao nacional.

A CAS aprovou projeto da Câmara que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O relator, Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), rejeitou alterações propostas por Jonas Pinheiro (PFL-MT), que objetivava resguardar o direito de proprietários rurais a indenização por desapropriação de áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Já a CPI que investiga o roubo de cargas recebeu denúncias contra Juscelino Rezende, prefeito de Vitorino Freire (MA) e candidato à reeleição. De acordo com o deputado maranhense César Bandeira, autor das denúncias, o prefeito já foi investigado pela CPI do Narcotráfico e seria o principal receptor de cargas roubadas no estado. Além de Rezende, a CPI decidiu chamar para depor o secretário de Segurança do Maranhão, Raimundo Coltrin, e presidentes de corretoras de seguros.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) para que o Senado manifeste à Unesco apoio oficial à pretensão da cidade de Goiás, antiga capital do estado, de ser considerada Patrimônio da Humanidade. E a Comissão de Educação aprovou projetos instituindo o Dia Nacional da Ciência e o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos realizou audiência pública com os presidentes da Varig, Ozires Silva, e da TAM, Rolim Amaro, ocasião em que eles pediram condições mais favoráveis para operações de serviços aéreos.

Após ser examinado e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi enviado à Câmara dos Deputados, na quarta-feira, o projeto de lei que institui o sistema de lista fechada (apresentada pelos partidos) nas eleições proporcionais para deputados federais, estaduais e vereadores. Em seu substitutivo, o relator da proposta, senador José Fogaça (PMDB-RS), reuniu partes dos projetos dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), além de emenda do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que alteram o Código Eleitoral.

De acordo com o substitutivo de Fogaça, o voto na lista fechada, escolhida em convenção, definiria



José Fogaça reuniu dois projetos e uma emenda no substitutivo que a CCJ aprovou

o número de vagas a que o partido faria jus. A partir dessa definição, 50% das cadeiras seriam preenchidas pelos nomes integrantes da lista fechada e a metade restante de acordo com a votação que os can-

didatos de outra lista, aberta, recebessem na eleição.

O senador Roberto Requião disse que o substitutivo de Fogaça realmente aperfeiçoou sua proposta, pois os candidatos da lista aberta terão que trabalhar pelo partido, uma vez que "é a legenda que determina o número de vagas". O senador Sérgio Machado acredita que o eixo central do projeto de lei é o fortalecimento dos partidos, e lembrou que já foram aprovados o projeto que proíbe as coligações nas eleições proporcionais e o que institui a cláusula de desempenho dos partidos políticos, e encontra-se em exame na CCJ o projeto que estabelece o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais.

## Votação de empréstimos externos marcou os trabalhos da semana

Dois empréstimos externos, uma lei regulamentando a produção de cloro e uma emenda constitucional para proteger brasileiros nascidos no exterior marcaram os trabalhos do Senado na semana que se encerra.

Em regime de urgência, o Senado autorizou a União a contratar empréstimo de US\$ 97,8 milhões com o Banque Nationale de Paris (BNP), para o financiamento da importação de oito helicópteros Cougar. Antes da votação, os senadores travaram um longo debate, a maioria reconhecendo a falta de equipamentos nas Forças Armadas. Na ocasião, o senador José Sarney, ex-presidente da República, afirmou que o Brasil não tem condições de fabricar os helicópteros objeto da importação, e pediu a aprovação do projeto, argumentando que as Forças Armadas são responsáveis pela defesa nacional e nenhum país moderno prescinde delas para defender sua soberania.

Na mesma sessão, o Plenário autorizou o Brasil a contrair empréstimo externo de US\$ 505 milhões com o Banco Mundial (Bird), para o ajuste setorial da Previdência. Informado de que o empréstimo, na verdade, se destinará ao pagamento de parcela da dívida externa, o Bloco Oposição manifestou-se contra a aprovação e criticou o fato de o governo brasileiro enxugar o Orçamento e, ao mesmo tempo, endividar-se externamente.



Plenário aprova empréstimos para compra de helicópteros e pagamento de dívida

Os senadores aprovaram também projeto originário da Câmara impondo um ordenamento jurídico para a produção de cloro em todo o país. Aplicado no tratamento de água e em várias indústrias, o cloro é largamente utilizado na saúde pública, na desinfecção dos sistemas de água potável, na lavoura e na fabricação de medicamentos. O texto aprovado manteve as tecnologias atualmente em uso no país para a produção de cloro, desde que atendidas algumas exigências. As infrações a essa nova lei implicarão em advertência, multa, suspensão temporária e até a suspensão definitiva da atividade industrial.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi aprovada proposta de emenda constitucional redefinindo as condições que caracterizam a nacionalidade. A iniciativa visa a corrigir interpretação dada ao procedimento para registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior, visto que os consula-

dos têm entendido que isso só pode ser feito em cartório localizado no Brasil. Votada em primeiro turno, a matéria voltará a Plenário para ser votada mais uma vez.

Foi aprovado também o texto da Convenção sobre Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado, concluída em Nova York, em 1994. Na mesma sessão, foram acolhidas as indicações dos diplomatas Arthur Vivacqua Corrêa Meyer, para a embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, e Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini, para a embaixada brasileira na Costa Rica.

O Senado também renovou a concessão deferida à TVSBT, canal 11, do Rio de Janeiro. Foram ainda renovadas as concessões para o funcionamento de diversas emissoras e autorizado o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Feijó (AC).



Juvêncio relatou projeto que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza



Maguito pede que o Senado apóie a declaração da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade

## Improviso apresenta especial sobre Charlie Haden

O programa *Improviso – Jazz sem fronteiras*, da Rádio Senado FM (91,7), destaca neste final de semana a obra do baixista Charlie Haden, um dos mais importantes músicos do jazz contemporâneo. Serão focalizadas desde as primeiras grava-

ções com Ornette Coleman, que fixaram as linhas do chamado *free jazz*, até o lado politicamente engajado do baixista, que compôs adaptações jazzísticas para canções dos movimentos de resistência política da África e América Latina.

*Improviso*, que vai ao ar amanhã às 20h, com representação no domingo, às 23h30, traz ainda a participação do brasileiro Egberto Gismonti, que na década de 70 gravou dois discos com Haden – *Folksongs* e *Mágico*.

# TV Senado transmite debate sobre corrupção

Programa vai ao ar amanhã às 14h30 e será reapresentado domingo, no mesmo horário

A TV Senado transmitirá amanhã, às 14h30 (com retransmissão no domingo, no mesmo horário), o painel *Meios e Modos para Combater a Corrupção no Brasil*, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça. Participaram do painel o presidente do STJ, ministro Paulo Roberto da Costa Leite; o senador Pedro Simon (PMDB-RS); o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro; o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Jayme Chemello; e o presidente da ONG Transparência Brasil, Eduardo Capobianco.

Na opinião do senador Pedro Simon, apesar de não existir uma fórmula para acabar com a corrupção no Brasil, a participação da sociedade civil é fundamental para tentar moralizar o país. Ele lembrou que a *Operação Mãos Limpas*, que combateu a máfia e a corrupção na Itália, só obteve bons resultados porque uniu todas as entidades

judiciárias e a população.

Já o presidente da OAB, Reginaldo de Castro, destacou que para combater a corrupção é indispensável a existência de um programa de proteção às testemunhas. Ele registrou que, apesar de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter concedido entrevistas falando na necessidade de investimentos para garantir a proteção das testemunhas, este dinheiro ainda não foi aplicado na quantidade necessária.

O presidente do STJ, Costa Leite, defendeu o fortalecimento das instituições “para que os grandes casos de corrupção não venham à tona somente a partir de denúncias de irmãos, genros e ex-mulheres”. Ele acrescentou que as ações em torno do combate à corrupção devem ser permanentes e não sujeitas a ondas de indignações que surgem a cada caso. “Temos que ter as nossas instituições fortalecidas para que esse vírus não consiga penetrá-las”, completou.

## Revista Brasília traz dicas do cotidiano

O programa *Revista Brasília* estreia novo quadro, o *Cá entre nós*, sob o comando da psicanalista Maria José Miguel, que dará dicas que facilitam o dia-a-dia. Entre as atrações do programa está uma entrevista com o jornalista Ari Cunha, que fala com nostalgia do início de Brasília e lembra de fatos curiosos que presenciou, como o presidente Juscelino Kubitschek em cima de um trator pagando o salário dos operários que construíam a cidade. O *Revista Brasília* vai ao ar amanhã, às 17h, domingo, às 17h e 0h e na segunda-feira, às 12h30.

O programa acompanhou também o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) em um passeio pela cachoeira de Tororó, nos arredores do Plano Piloto. A convidada especial será Carla Ribeiro, campeã mundial de caratê e kickboxing, que conversa com uma família praticante de tiro ao alvo: Eurico, Tâmara



A psicanalista Maria José Miguel dá dicas que facilitam o dia-a-dia no programa *Revista Brasília*

e Érica Auler. Já o artista plástico Ralph Gehre mostra o trabalho de Antonio Poteiro.

A artista Ana Cláudia Giroto, que estudou piano em Brasília e partiu para o sucesso na Europa, está de volta e explica no programa como será sua temporada especial na cidade, acompanhada por uma orquestra que nasceu em Ceilândia. Depois da música erudita, há espaço também para o talento de Nivaldo do Acordeão, mestre na sanfona e nos ritmos nordestinos, considerado herdeiro do pernambucano Sivuca.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – *Cidadania*: Sen. Marina Silva e o sertanista Sidney Possuelo falam sobre o novo Estatuto do Índio  
7h30 – *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre agrotóxicos  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Direitos humanos: Tá lá um corpo estendido no chão  
9h – Sessão Plenária (vivo)  
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)  
13h30 – *Debate*: Sen. José Fogaça e Eustáquio J. Ferreira, da Associação Brasileira de Provedores, falam sobre acesso à Internet  
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 – *Entrevista*: Sen. Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica  
19h – *Cores do Brasil*: Turismo no Tocantins  
19h30 – *Cidadania*: Sen. Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre liberdade de imprensa  
20h30 – *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre agrotóxicos  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – *Entrevista Especial*: Reginaldo de Castro, presidente nacional do OAB, sobre a reforma do Judiciário  
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Terceira Asa”, com Manduka  
0h – Filme: *Índios do Brasil*

#### SÁBADO

1h – *Debate*: Sen. José Fogaça e Eustáquio J. Ferreira, da Associação Brasileira de Provedores, falam sobre acesso à Internet  
2h – *Unip*: Olho da criança – 1ª parte  
2h30 – *Jornal do Senado*  
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
3h30 – *Entrevista*: Sen. Moreira Mendes fala sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública

4h – *Jornal do Senado*  
4h30 – *Unip*: Olho da criança – 1ª parte  
5h – *TV Escola* – Direitos humanos: Violência que rola  
5h30 – *Especial Fortes*: Forte de Copacabana  
6h – *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis  
6h30 – *Agenda Econômica*: Prof. Paulo Nogueira Batista fala sobre balanço de pagamentos  
7h30 – *Entrevista*: Sen. Ricardo Santos fala sobre desenvolvimento econômico  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Direitos humanos: Idade não é documento  
9h – *ABD no Ar*: Pós-produção no cinema brasileiro  
9h30 – *De Coração* – Atendimento de uma parada cardíaca  
10h – *Especial Fortes*: Forte de Copacabana  
10h30 – *Cores do Brasil*: Turismo no Maranhão  
11h – *Entrevista Especial*: Reginaldo de Castro, presidente nacional do OAB, sobre a reforma do Judiciário  
12h – *Jornal do Senado*  
12h30 – *Entrevista*: Sen. Lauro Campos fala sobre trabalho escravo  
13h – *Saúde/Unip*: Olho da criança – 1ª parte  
13h30 – *Agenda Econômica*: Prof. Paulo Nogueira Batista fala sobre balanço de pagamentos  
14h30 – *Seminário Meios e Modos de Combater a Corrupção no Brasil*  
17h – *Revista Brasília*  
18h – *TV Escola* – Direitos humanos: Violência sexual  
18h30 – *Especial Fortes*: Forte de Copacabana  
19h – *Tela Brasileira*: Luiz Alberto Pereira  
19h25 – *Senado em Pauta*  
19h30 – *Cidadania*: Sen. Marina Silva e o sertanista Sidney Possuelo falam sobre o novo Estatuto do Índio  
20h30 – *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre agrotóxicos  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Canção do Amor”, com Tetê Espindola  
22h30 – *Redescobrimos*: Mário de Andrade  
23h – *Entrevista Especial*: Reginaldo de Castro, presidente

nacional do OAB, sobre a reforma do Judiciário  
0h – Filme: *Índios do Brasil*

### DOMINGO

1h30 – *Cidadania*: Sen. Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre liberdade de imprensa  
2h – *Saúde/Unip*: Olho da criança – 2ª parte  
2h30 – *Jornal do Senado*  
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
3h30 – *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre agrotóxicos  
4h – *Jornal do Senado*  
4h30 – *Saúde/Unip*: Olho da criança – 2ª parte  
5h – *TV Escola* – Direitos humanos: Violência sexual  
5h30 – *Especial Fortes*: Forte de Copacabana  
6h – *Cores do Brasil*: Turismo no Pará  
6h30 – *Cidadania*: Sen. Marina Silva e o sertanista Sidney Possuelo falam sobre o novo Estatuto do Índio  
7h30 – *Entrevista*: Sen. Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Direitos humanos: Armas, tô fora  
9h – *Tela Brasileira*: Luiz Alberto Pereira  
9h30 – *De Coração* – Atendimento de uma parada cardíaca  
10h – *Especial Fortes*: Forte de Copacabana  
10h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
10h55 – *Senado em Pauta*  
11h – *Entrevista Especial*: Reginaldo de Castro, presidente nacional do OAB, sobre a reforma do Judiciário  
12h – *Jornal do Senado*  
12h30 – *Entrevista*: Sen. Ricardo Santos fala sobre desenvolvimento econômico  
13h – *Saúde/Unip*: Olho da criança – 2ª parte  
13h30 – *Cidadania*: Sen. Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre liberdade de imprensa  
14h30 – *Seminário Meios e Modos de Combater a Corrupção no Brasil*  
17h – *Revista Brasília*  
17h30 – *Jornal do Senado*  
18h30 – *Entrevista*: Sen. Ricardo Santos fala sobre desenvolvimento econômico  
19h – *Saúde/Unip*: Olho da criança – 2ª parte  
19h30 – *Cidadania*: Sen. Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre liberdade de imprensa  
20h30 – *Entrevista*: Sen. Moreira Mendes fala sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Canção do Amor”, com Tetê Espindola  
22h30 – *Redescobrimos*: Mário de Andrade  
23h – *Entrevista Especial*: Reginaldo de Castro, presidente

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*. Em seguida – Música e informação  
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*. Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*. Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*. Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*. Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações de recepção de sinal

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

#### Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

#### Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,

# Jucá defende política para fortalecer microempresas

Responsáveis pela maior parte dos empregos diretos no país, firmas de pequeno porte recebem poucos recursos do BNDES, diz senador

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu uma política de fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas nacionais, para atenuar os efeitos mais cruéis da globalização, como o desemprego e a concentração de renda. Outro efeito seria garantir emprego à grande faixa da população brasileira que sofre as consequências dos baixos índices de qualificação profissional e escolaridade.

Segundo o senador, as pequenas empresas são responsáveis pela maior parte dos empregos diretos do país. Jucá citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que mostra que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu, no ano passado, R\$ 20 bilhões para promover o desenvolvimento do país – e apenas R\$ 2,7 bilhões desse total foram destinados ao financiamento de cerca de 54 mil micro, pe-



Jucá observa que o próprio BNDES reconheceu a discriminação e, por isso, aumentou os empréstimos para pequenos empresários

quenas e médias empresas.

Para Romero Jucá, o banco favoreceu mais as grandes empresas, o que prova a discriminação contra os pequenos empresários nacionais, que enfrentam enormes dificuldades para se manter no mercado. O próprio BNDES, segundo o senador, reconheceu a discriminação e, por isso, aumentou os empréstimos aos pequenos empresários, promovendo aber-

tura de postos avançados nos estados e adotando um programa de milhagem. Segundo o programa, para cada R\$ 1 milhão emprestados, a instituição financeira credenciada terá direito a receber R\$ 100 mil do BNDES para investir em projetos de livre escolha.

O senador Romero Jucá citou um estudo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipe) da Universidade de São Paulo que comprova que, se realmente houvesse uma redução do custo do dinheiro, os pequenos empresários pediriam mais empréstimos, destacou o senador.

– É de fundamental importância para o futuro da economia nacional que se estenda a uma parcela cada vez maior dos micro, pequenos e médios empresários vantagens como redução de impostos, maior acesso ao crédito com menos juros, redução das taxas de importação de equipamentos e insumos necessários para o desenvolvimento da produção – disse o senador.

## Qualificação do trabalhador é saída contra desemprego, afirma Alcântara

A qualificação da mão-de-obra como forma de combater o aumento dos índices de desemprego foi defendida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele elogiou as medidas que vêm sendo tomadas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), no Ceará, que em apenas dois anos capacitou mais de 340 mil trabalhadores.

A instituição, na avaliação de Alcântara, “tem sido de inestimável importância na perspectiva de combate e alívio do desemprego”. Ele destacou os resultados positivos obtidos no Ceará, onde o Sine tem sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho como modelo a ser seguido.

O senador esclareceu que o Sine atende trabalhadores de baixa qualificação, desempregados, micro e pequenos produtores e beneficiários do seguro-desemprego. Além disso, presta



Alcântara: baixo nível de escolaridade do trabalhador dificulta a qualificação

serviços de intermediação de mão-de-obra e conta com o Programa de Geração de Emprego e de Renda, com o objetivo de fornecer linhas de crédito a pequenos empreendedores que já atuam há pelo menos seis meses no mercado informal ou planejam iniciar novo negócio.

### ESCOLARIDADE

O senador admite que o processo de qualificação de mão-de-obra não é simples, devido

ao baixo grau de escolaridade da população brasileira. Alcântara elogiou, no entanto, as iniciativas do Ministério da Educação para reverter a situação, como a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e o aumento de matrículas nos ensinos fundamental e médio. “Mas o resultado dessas ações só se torna perceptível no intervalo de uma geração”, ressaltou.

Suplicy: intenção de congressistas não foi impedir debates com candidatos



## Suplicy rejeita iniciativa de promotor contra debate em São Paulo

A iniciativa do promotor de Justiça André Luiz Marcassa, que pediu ao juiz da 1ª Zona Eleitoral da capital paulista, José Percival Albano Nogueira, a suspensão do debate entre os pré-candidatos à prefeitura de São Paulo, foi criticada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele considera o debate, marcado pela Rede Bandeirantes de Televisão para a próxima segunda-feira, essencial para a democracia e, por isso, deve ser realizado.

Em seu pedido, Marcassa argumentou que, “além da natural vocação jornalística”, a transmissão do debate representaria propaganda eleitoral, contrariando a legislação em vigor, que só permite a propaganda dos candidatos a prefeito e vereador a partir do dia 6 de julho. O juiz José Percival Albano deverá se pronunciar hoje so-

bre o pedido do promotor.

– Ao aprovar a Lei 9.504/97 (que estabelece normas para as eleições), o espírito dos congressistas não foi o de proibir debates pelos meios de comunicação, ainda mais estes como o da Bandeirantes, que reunirá todos os candidatos – disse Eduardo Suplicy.

Para o senador, talvez o promotor tenha pedido o cancelamento do debate porque o ex-presidente Fernando Collor, que quer ser candidato, não foi convidado. Suplicy lembrou que Collor tem seus direitos políticos cassados até 28 de dezembro próximo, e seria necessária uma revogação da decisão do Senado para que ele pudesse ser incluído entre os pré-candidatos.

– Que eu saiba, o registro definitivo de Collor como candidato não foi reconhecido pela Justiça Eleitoral – completou Suplicy.

## Senador destaca exposição de fotos sobre êxodo populacional

O senador Eduardo Suplicy recomendou aos parlamentares presentes à sessão do Congresso Nacional, ontem, que vejam a exposição *Exodus*, do fotógrafo Sebastião Salgado. “A mostra reúne fotos de extrema sensibilidade, que retratam as dificuldades dos povos dos cinco continentes de conseguir viver na própria terra”, comentou.

Durante seu pronunciamento, Suplicy exibiu reproduções de fotos da exposição, retratando refugiados da Bósnia e de Moçambique, caixões dos camponeses assassinados em Eldorado dos Carajás (PA) e uma família de assentados em Santa Catarina. Após passar por São Paulo, a mostra fotográfica segue para o Rio de Janeiro, onde estará aberta ao público a partir do dia 20. O senador petista também sugeriu a exibição das fotos de Sebastião Salgado no Salão Negro do Congresso Nacional.

### ALCA

Diante dos recentes conflitos registrados na fronteira dos Estados Unidos com o México, Suplicy criticou o governo norte-americano pelas barreiras impostas ao acesso de populações da América Latina àquele país. O senador lembrou a insistência do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em concretizar a Associação de Livre Comércio das Américas (Alca) até 2005, mas questionou as reais intenções da medida.

– Será que a Alca vai significar o direito de as populações latino-americanas trabalharem, estudarem e viverem onde desejarem, ou será que Clinton quer apenas garantir a liberdade de o capital norte-americano investir e vender bens e serviços livremente no continente? – indagou. Além de protestar contra as restrições de acesso ao território dos EUA, Suplicy ressaltou que o direito de ir e vir é assegurado aos povos do mundo pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.